



16/12/2024

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

PROPOSTA

Considerando que o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) pretende consagrar os contornos da realidade a tributar, partindo para isso de dados objetivos que escapem às oscilações especulativas da conjuntura, de modo a que sirvam de referência a uma sólida, sustentável e justa relação tributária entre o Estado e os sujeitos passivos;

Considerando que, de acordo com o estabelecido na legislação em vigor, cabe aos municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixar a taxa de imposto municipal sobre imóveis a aplicar em cada ano, dentro dos intervalos previstos nas alíneas a) e c) do n.º 1 do artigo 112.º do CIMI;

Considerando que, nos termos do previsto no artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, compete também aos municípios determinar a discriminação positiva ou negativa dos contribuintes sujeitos à tributação definida no código supra;

Considerando que o Município do Fundão, consciente do atual contexto socioeconómico, propõe a manutenção das taxas em vigor, à semelhança das que foram definidas nos anos anteriores, conquanto, se entenda justo estabelecer os incentivos de minoração e majoração do imposto em causa e não tendo sido alterados os pressupostos ínsitos no Plano de Ajustamento Municipal;

Considerando que, tal como se tem vindo a verificar, as discriminações podem consubstanciar um factor de forte impacto na criação de condições de atratividade para novos investimentos, tão necessários em zonas do interior como aquela em que se insere este município,

Proponho, nos termos do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea ccc) e no artigo 25.º, n.º 1, alínea d) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as sucessivas alterações, disposições estas que devem ser aferidas com os trâmites previstos pelo CIMI, que a Câmara Municipal delibere no sentido de:

1 - Aprovar a aplicação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis sobre o valor patrimonial de 2024 a liquidar em 2025, nos seguintes termos:

a) Prédios rústicos: 0,8%, nos termos do estipulado pelo artigo 112.º, n.º 1, alínea a) do C.I.M.I.;

b) Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI: 0,38 % nos termos do estipulado pelo artigo 112.º, n.º 1, alínea c) do C.I.M.I., tendo por base os seguintes fundamentos:

- O facto de a lei prever que a fixação da taxa máxima de IMI pode ser dispensada se o município demonstrar que a satisfação integral dos encargos decorrentes do PAM não é colocada em causa pela aplicação de outra taxa de IMI;
- Para os cálculos apresentados, o Município do Fundão tomou como referência o menor valor dos últimos 4 anos, e que se aproximou em cerca de 3.657.000,00 €, sendo que para o ano em referência é de 3.913.183,65 €;
- Que a liquidação prevista para arrecadação em 2025 sobre o valor do património de 2024 é de 4.222.785,05 €, conforme liquidação em anexo.

2 – Aprovar, nos termos do n.º 8 do artigo 112.º do CIMI, uma taxa de majoração de 30% a aplicar a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de



16/12/2024

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens, exceto quando tal seja motivado por desastre natural ou calamidade, em todas as freguesias do concelho.

3 - Aprovar, nos termos do n.º 6 do artigo 112.º do CIMI, uma taxa de minoração de 30% a aplicar aos prédios urbanos degradados, entretanto recuperados, em todas as freguesias do concelho. O benefício aqui concedido terá uma duração de cinco anos em relação ao ano seguinte ao da recuperação.

4 - Aprovar, nos termos do n.º 3 do artigo 112.º do CIMI, a majoração ao triplo das taxas previstas na alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º, a aplicar aos prédios urbanos ou às suas frações autónomas que se encontrem devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas, em todas as freguesias do concelho, considerando-se devolutos ou em ruínas, os prédios como tal definidos em diploma próprio, exceto quanto aos prédios abrangidos pela alínea b) do n.º 2 do artigo 11.º do CIMI.

5 - Aprovar, nos termos do n.º 9 do artigo 112º do CIMI, uma majoração em triplo da taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma coleta de imposto inferior a 20,00 € por cada prédio abrangido. Consideram-se prédios rústicos com áreas florestais em situação de abandono, aqueles que integrem terrenos ocupados com arvoredos florestais, com uso silvo-pastoril ou incultos de longa duração, e em que se verifiquem, cumulativamente, as seguintes condições: a) Não estarem incluídos em zonas de intervenção florestal (ZIF), nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de agosto, na sua atual redação; b) A sua exploração não estar submetida a plano de gestão florestal elaborado, aprovado e executado nos termos da legislação aplicável; c) Não terem sido neles praticadas as operações silvícolas mínimas necessárias para reduzir a continuidade vertical e horizontal da carga combustível, de forma a limitar os riscos de ignição e propagação de incêndios no seu interior e nos prédios confinantes;

TABELA RESUMO: PONTOS 2, 3, 4 E 5

FUNDAMENTO LEGAL	NORMATIVO CIMI	MAJORAÇÃO/ MINORAÇÃO
Prédios urbanos degradados (todas as freguesias do concelho)	artigo 112º, n.º 8	Majoração de 30%
Prédios urbanos degradados, entretanto recuperados (todas as freguesias do concelho)	artigo 112º, n.º 6	Minoração de 30%
Prédios urbanos/Frações devolutas há mais de um ano (todas as freguesias do concelho)	artigo 112º, n.º 3	Majoração ao triplo
Prédios urbanos em ruína (todas as freguesias do concelho)	artigo 112º, n.º 3	Majoração ao triplo
Prédios rústicos em área florestal (todas as freguesias do concelho)	artigo 112º, n.º 9	Majoração ao triplo (mínimo 20,00 €)

+



PRESENTE À REUNIÃO DE CÂMARA
REALIZADA EM

16/12/2024

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

6 – Comunicar, por transmissão eletrónica de dados, nos termos do n.º 16 do artigo 112.º do CIMI, a identificação dos prédios ou frações autónomas devolutas, os prédios em ruínas e os terrenos para construção referidos no artigo 112.º-B, nos termos e prazos referidos no n.º 14 do mesmo artigo;

7 – Fixar, nos termos do previsto no artigo 112.-Aº do CIMI e tendo em conta o fundamento apresentado na alínea b) do n.º 1 desta Proposta, uma redução da taxa do IMI, de acordo com a dedução fixa definida na tabela resumo infra e sempre que sejam observadas cumulativamente as condições a seguir enumeradas:

- O imóvel destinado a habitação própria e permanente coincidir com o domicílio fiscal do proprietário;
- O número de dependentes que compõem o agregado familiar do proprietário a 31 de dezembro de 2024, nos termos do previsto no artigo 13.º do Código do IRS;
- O rendimento *per capita* do agregado familiar seja inferior a duas remunerações mínimas mensais garantidas.

Tabela Resumo: Ponto 7

N.º DE DEPENDENTES A CARGO	REDUÇÃO FIXA
1	30,00 €
2	70,00 €
3	140,00 €

Nota: Alteração resultante da Lei n.º 56/2023, de 06 de outubro, diploma que aprovou as medidas no âmbito da habitação.

8 - Enviar ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, para cumprimento do estipulado na alínea d), do n.º1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as sucessivas alterações, a presente proposta respeitante às taxas do imposto municipal sobre imóveis (IMI).

9 - Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do órgão deliberativo, que seja autorizado o serviço competente a promover o envio dos dados por via eletrónica à Autoridade Tributária e Aduaneira até ao dia 31 de dezembro de 2024.

10 – Que seja delegado no Sr. Presidente a autorização para proceder à retificação de eventuais situações que possam vir a detetar-se no decurso do ano de 2024, quanto aos pressupostos de majoração e minoração incorretamente valorados, e a consequente comunicação à Autoridade Tributária da regularização das mesmas em sede de IMI ou devolução das quantias já liquidadas.

11 – Que seja aprovada em minuta a parte respeitante a esta deliberação para imediata produção de efeitos, de acordo com o disposto no artigo 57.º, n.º 3 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as sucessivas alterações.

Paços do Município do Fundão, 03 de dezembro de 2024.

O Presidente da Câmara Municipal,


(Paulo Alexandre Bernardo Fernandes, Dr.)

	JAN/ABR	MAIO	JUN/JUL	AGOSTO	SET/OUT	NOVEMBRO	DEZEMBRO
0P - PRESTACAO UNICA	12.196,69*	284.147,12*	523,26*	0,00*	0,00*	4.016,28*	0,00*
1P - PRIMEIRA PRESTACAO	0,00*	1.412.254,94*	0,00*	0,00*	0,00*	0,00*	0,00*
2P - SEGUNDA PRESTACAO	0,00*	0,00*	0,00*	579.008,87*	0,00*	833.330,99*	0,00*
3P - TERCEIRA PRESTACAO	0,00*	0,00*	0,00*	0,00*	0,00*	579.077,30*	0,00*
PA - PAGAMENTO TOTAL	0,00*	464.701,81*	0,00*	0,00*	0,00*	0,00*	0,00*
JM - JUROS DE MORA	26,75*	0,00*	34,73*	0,00*	0,00*	0,00*	0,00*
AD - ADICIONAIS	35.894,55*	0,00*	0,00*	0,00*	0,00*	0,00*	0,00*
ANOS ANTERIORES							
0A - ANUIDADE UNICA	0,00*	0,00*	0,00*	0,00*	0,00*	0,00*	0,00*
1A - PRIMEIRA ANUIDADE	6.961,47*	0,00*	58,06*	0,00*	0,00*	2.828,67*	0,00*
2A - SEGUNDA ANUIDADE	4.603,34*	163,31*	1.212,66*	0,00*	0,00*	738,72*	0,00*
3A - TERCEIRA ANUIDADE	70,39*	0,00*	0,00*	0,00*	0,00*	906,17*	0,00*
4A - QUARTA ANUIDADE	28,97*	0,00*	0,00*	0,00*	0,00*	0,00*	0,00*
SUB - TOTAL	59.782,16*	2.161.267,18*	1.828,71*	579.008,87*	0,00*	1.420.898,13*	0,00*

+

16/12/2024

PRESENCIA REUNIAO DE CAMARA
REALIZADA EM



PRESENTAÇÃO DE CÂMARA
REALIZADA EM

16/12/2024

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (Aprovação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI))
Votaram contra, os Senhores Vereadores, Dra. Joana Bento e Prof. Sérgio Mendes.

O Presidente _____

(Paulo Fernandes)

O Presidente da Assembleia Municipal do Fundão,

(Carlos Manuel Faia São Martinho Gomes, Dr.)

A Diretora do Departamento de Administração e Finanças, _____

(Isabel Carvalho)